



**FUNDAÇÃO
CEPERJ**

Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação

PLANO DE TRABALHO

RIO DE JANEIRO

2021



Proposta de Trabalho

Nome do Projeto/Atividade: Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação

Prazo de Execução: 16 meses

Elaboração: Nathália Emygdia de Andrade – **ID:** 5109628

INTRODUÇÃO

A pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde, da COVID-19, popularmente conhecida como coronavírus, acendeu um alerta mundial. E posicionou os países e suas populações em um cenário de apreensões, incertezas e busca por mecanismos de combate ao vírus e proteção da saúde da população. Assim, no Brasil, a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, pelo Ministério da Saúde, colocou, a partir de março de 2020, a responsabilidade coletiva do exercício de medidas que visam a proteção, prevenção e contenção da disseminação do vírus no território nacional. Desse modo, seguindo as orientações sanitárias dos órgãos e agências competentes, centenas de escolas, universidades e instituições de pesquisas suspenderam suas atividades. Uma conjuntura atípica que requereu e requer medidas para proteção, que interromperam a permanência nas escolas públicas e privadas, a continuação das atividades curriculares e outros trabalhos essenciais realizados pelos estudantes, professores e outros profissionais dessas instituições.

Na busca pela ampla compreensão dos efeitos deste cenário, este escrito trata-se de um termo de cooperação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação CEPERJ) para o desenvolvimento do projeto **Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação**. A proposta objetiva identificar, compreender e analisar os fatores causados pela pandemia relacionados aos: (a) impactos da troca do ambiente escolar pelo virtual, (b) a evasão e infrequência escolar, (c) a mitigação do déficit educacional e (d) o desdobramento em ações do poder público.

Compreendida de forma abrangente, a educação engloba todos os processos formativos do sujeito, desde a vida familiar, o convívio social, as manifestações culturais e organizações sociais, o trabalho, as instituições de ensino e a pesquisa. Garantido como um direito social pela Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à

ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”, conforme a Emenda Constitucional nº 85 de 2015.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDBEN), a educação escolar abrange a educação básica e a educação superior. Obrigatória para crianças e jovens do 4 (quatro) aos 17 anos, a educação básica compreende a oferta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Cabendo aos municípios assegurar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Ao passo que ao Estado cabe assegurar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, tendo este último como prioridade.

Com a Lei nº 2.332/1994, que “autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Municipalização da Educação Pré-Escolar e de Ensino Fundamental”, as atribuições do Estado sobre a educação implicam, prioritariamente, na oferta do Ensino Médio, uma vez que existem poucas escolas estaduais que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, de responsabilidade dos municípios. No que se refere ao Ensino Médio este é ofertado em quatro modalidades: normalista, regular, técnico profissionalizante e o EJA (ensino de jovens e adultos), destinado àqueles que não tiveram seu direito de acesso à educação assegurado na idade própria.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Nesse ínterim, por meio do acesso à educação pública e de qualidade desde os primeiros anos de vida – com a Educação Infantil na forma de creches e pré-escolas, passando pelo Ensino Fundamental e chegando ao início da vida adulta com a conclusão do Ensino Médio – espera-se contribuir para a formação de sujeitos livres, dotados de direitos civis, humanos e sociais, e para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Ainda no que se refere ao dever de garantir o acesso à educação, é atribuição do Estado assegurar à criança e ao adolescente com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à Educação Especial, mediante o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, pautando a diversidade e a inclusão. A Educação Especial, por sua vez, poderá realizar-se pela inclusão do educando em classes comuns do ensino regular ou em classes, escolas e serviços especializados conforme a especificidade do aluno.

O acesso à educação pública e de qualidade, que é direito da população fluminense e dever do Estado, demanda um conjunto de profissionais qualificados, ferramentas de ensino e condições ambientais adequadas. Até março de 2020 a oferta predominante da educação pública

fazia-se conforme o modelo de ensino presencial, com exceção de alguns cursos de ensino superior ofertados pela modalidade semipresencial ou à distância. No entanto, com a pandemia da covid-19, a oferta da educação tanto básica como superior, migrou necessariamente para a modalidade de Ensino à Distância (EaD), tendo em vista a necessidade de isolamento social.

Embora o EaD seja uma modalidade de ensino consolidada, desenvolvida no Brasil desde os anos 1970, a migração abrupta da modalidade de ensino presencial para o ensino, sobretudo, remoto - em que as aulas passaram a ocorrer de forma síncrona mediante o uso de uma plataforma virtual -, encontrou inúmeros obstáculos estruturais. É na tentativa de compreender os efeitos das dificuldades encontradas neste processo que a Fundação CEPERJ e a SEEDUC firmam o presente termo de cooperação para o **Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação**.

Objetivo Geral

O objetivo desta cooperação é iniciar os primeiros levantamentos de dados para um mapeamento socioeconômico dos impactos da pandemia na educação do Estado do Rio de Janeiro com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas efetivas e eficientes que possibilitem a recuperação do sistema educacional do estado.

Um estudo representativo capaz de subsidiar questões que identifiquem, compreendam e analisem os fatores causados pela pandemia relacionados aos: (a) impactos da troca do ambiente escolar pelo virtual, (b) a evasão e infrequência escolar, (c) as formas de mitigação do déficit educacional e (d) os desdobramentos em ações realizadas pelo poder público, e que habilite a SEEDUC a identificar e corrigir problemas gerados pela pandemia nas escolas públicas do estado.

Objetivos Específicos

- Contatar e estabelecer parcerias com as 29 Coordenadorias Regionais da SEEDUC.
- Coletar, tabular e analisar dados socioeconômicos e educacionais obtidos junto às 29 Coordenadorias Regionais da SEEDUC.
- Compreender a percepção dos professores sobre a experiência do ensino remoto e as principais dificuldades docentes e discentes encontradas durante a pandemia.
- Identificar junto à direção das escolas as principais ações implementadas para mitigar as dificuldades decorrentes da pandemia da covid-19.

- Mapear os fatores (em particular, socioeconômicos) que influenciam a qualidade do ensino e a aderência do aluno ao ensino remoto de caráter emergencial.
- Analisar os impactos da covid-19 sobre a educação, considerando a troca do ambiente físico escolar pelo virtual, a evasão e a infrequência escolar, as formas de mitigação do déficit educacional e os desdobramentos em ações públicas realizadas pelo poder público.
- Seleção, contratação e capacitação de profissionais, mediante a necessidade de ampliação do corpo técnico e dos agentes de pesquisa.

Justificativa

A Pandemia da Covid-19 tem evidenciado as desigualdades que assolam o Brasil. Ela tem jogado luz sobre as condições de ensino, estudo e da realização da pesquisa no país que precisaram ser interrompidas para cumprimento das exigências sanitárias dos órgãos e agências de saúde, como uma das formas de prevenção ao contágio pelo coronavírus.

As escolas públicas estaduais transportaram as atividades presenciais para a forma remota. Em muitos casos, fragilizando ainda mais o processo de ensino-aprendizagem, e excluindo parcelas dos estudantes por não terem condições estruturais, e muitas vezes, psicológicas de voltarem às suas atividades. Visto como uma resolução rápida, mas não eficiente para um problema atual, é preciso rapidamente diferenciar o ensino remoto do ensino à distância (EaD).

Fazendo uma breve retrospectiva, o EaD foi uma modalidade de ensino implementada a partir de políticas de crescimento do ensino superior. Um modelo pioneiro que prevê e necessita de um público discente específico, de uma administração do tempo e da existência de toda uma infraestrutura de inclusão digital - isto é, o EaD é um ensino previamente determinado dentro de um contexto virtual. A quem se predispõe a tal modalidade são exigidas maturidade e capacidade de lidar com o tempo, o estudo relativamente autônomo, o planejamento e a tutoria, ou seja, é necessário ter o domínio do letramento digital e ter uma intimidade com as estruturas tecnológicas das quais se depende para cumprir esta forma de processo de aprendizagem. Em síntese, o EaD é uma plataforma virtual ligada às instituições de ensino em que o aluno encontra, em módulos, todo o conteúdo disciplinar que precisa estudar ao seu dispor e com livre acesso, através de didáticas diversas, como aulas escritas, exercícios, aulas gravadas (vídeos) e aulas dramatizadas.

Apesar de incentivar a autonomia da aprendizagem, o EaD também prevê encontros como parte de um entendimento da importância imprescindível e necessária da interação presencial do professor/tutor com a turma e também para as realizações de métodos avaliativos

como parte do processo educacional para se obter sucesso, além de um polo de suporte com laboratórios de informática e materiais didáticos.

A crise sanitária mundial acentuou e transpareceu as desigualdades sociais, especialmente dentro do contexto brasileiro atual. Mostrando que, no Brasil, ainda não avançamos em políticas públicas de suporte e acesso à inclusão digital; mostrando, também, que muitos alunos dependem diretamente dos aparelhos tecnológicos existentes em suas escolas e universidades, sejam eles computadores, notebooks ou tablets. Revelou ainda que são péssimos os serviços de internet oferecidos pelas prestadoras de serviços brasileiras e que o acesso pelos celulares é algo caro e limitado, mesmo que o aparelho seja, atualmente, o bem de consumo mais comprado no Brasil. Entretanto, ter acesso a um pacote de dados que aguarde toda a demanda de um molde de ensino remoto ou EaD é algo caro. É preciso o aparelho celular, o chip, o pacote de dados, os aplicativos necessários, um e-mail, uma conta de cadastro, entre outras coisas. Assim, é preciso destacar o quanto é diferente a metodologia do Ensino à Distância frente ao recurso acionado que são as aulas remotas como solução para o momento peculiar que vivemos.

Para além disso, o que a experiência da quarentena com as aulas remotas mostrou é que a tentativa de enfrentamento à questão de não podermos mais aglomerar em salas de aula se resumiu em levar de forma ampla todo o formato de aulas presenciais para o mundo digital, através de sites, aplicativos e plataformas que promovem armazenamento de conteúdos e reuniões/encontros virtuais em tempo real e que passaram a cobrar caríssimo pelos acessos. Com isso, precisamos nos adaptar de forma rápida a tudo o que o EaD levou anos para materializar.

Em um espaço curtíssimo de tempo foi cobrado uma enorme habilidade com as mídias, amadurecimento e alto poder de planejamento e de administração do tempo e uma presença (não mais uma co-presença). Obrigando-se a cumprir de casa, sem nenhum tipo de compreensão com a realidade do ambiente familiar e socioeconômico, toda a carga horária que se faria nas escolas, inclusive na mesma hora. Obviamente os resultados a todas essas demandas foi e tem sido um processo insatisfatório, tanto para os alunos quanto para os professores, causando cansaço cognitivo por se ficar boa parte do dia em frente ao computador.

Destaca-se que, desde março deste ano, o sistema de ensino na Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) tornou-se híbrido, com aulas presenciais e remotas. No ano passado, as aulas foram apenas remotas por causa da pandemia de covid-19. Não apenas, a pandemia provocou ainda o aumento da evasão e do abandono, aprofundando a exclusão escolar de muitas crianças e adolescentes e a restrição do quadro de servidores públicos devido ao afastamento daqueles acometidos por comorbidades. Para a reversão desse grave quadro, é preciso que se

implemente políticas públicas intersetoriais contemplando a Educação, a Saúde e a Assistência Social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu capítulo IV: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, Art. 57 que é dever do poder público estimular pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Uma vez que a educação precisa ser garantida, avaliada e é estratégica para o desenvolvimento do país e do Estado, no intuito de formular políticas governamentais de apoio com embasamento em dados estratégicos, decide a Secretaria Estadual de Educação implantar o projeto “Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação”, um estudo que servirá para entender a profundidade dos efeitos da pandemia sobre a educação no Estado e contribuirá em sua ampla busca por possibilidades de recuperar o quadro educacional.

Neste sentido, a Fundação CEPERJ, instituição orientada à Pesquisa, Estatística, Ensino e Desenvolvimento de programas e projetos, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, sendo um órgão técnico oficial da estrutura de governo do estado do Rio de Janeiro, e tendo em vista sua expertise em pesquisa acadêmico-científica e capacidade para atuar proativamente nos programas de desenvolvimento socioeconômicos, objetiva produzir um levantamento sistemático de informações (por meio de metodologia quantitativa e qualitativa) com a justificativa de oferecer substrato teórico, empírico e prático para uma eficiente execução do Projeto, e que possibilite uma ampla análise deste contexto educacional.

Premissas

São consideradas as seguintes premissas para a realização das atividades contempladas no projeto:

- Efetivação dos repasses financeiros (descentralização) à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação dos Servidores Públicos (CEPERJ) para custear as atividades técnico-científicas contempladas pelo projeto **Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação**.
- Concessão, por parte das 29 Coordenadorias Regionais da SEEDUC à Fundação CEPERJ, dos indicadores da educação necessários à realização da pesquisa.
- Disponibilidade e aderência de diretores, professores, alunos e funcionários das escolas estaduais à pesquisa, para a coleta de dados primários pela Fundação CEPERJ.

Atribuições da Fundação CEPERJ

São consideradas atribuições da Fundação Ceperj:

- Desenho, implementação e coordenação da pesquisa realizada junto às Coordenadorias Regionais, professores e diretores de escolas estaduais no Rio de Janeiro.
- Reunião, tratamento e análise dos dados secundários concedidos pelas 29 Coordenadorias Regionais da SEEDUC.
- Elaboração dos formulários/questionários de pesquisa, com perguntas abertas e fechadas, a serem aplicados com os diretores, professores, alunos ou seus responsáveis e funcionários das escolas estaduais no Rio de Janeiro.
- A avaliação dos resultados, do método e da forma de aplicação dos formulários/questionários de pesquisa, que poderão ser aplicados virtualmente, via *Forms* online, ou presencialmente, mediante a contratação de agentes de pesquisa de campo.
- Avaliação sistêmica da pesquisa e ajustes às condições contextuais da pesquisa.
- Análise de dados secundários e primários.
- Elaboração dos relatórios de pesquisa.

Restrições

Vale destacar que as seguintes atividades não estão previstas, não sendo uma responsabilidade da Fundação CEPERJ a sua realização:

- Gestão operacional e administrativa de programas, projetos e ações vinculados à SEEDUC, para além do **Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação**.
- Solicitar mais empenho orçamentário para as Coordenadorias Regionais e escolas estaduais vinculadas à SEEDUC.

Resultados Esperados

Espera-se que a colaboração entre a SEEDUC, a Fundação Ceperj e as Coordenadorias Regionais contribuam para a formulação de políticas públicas compreendidas pela realidade socioeconômica dos alunos, professores, diretores e funcionários. Que recupere o amplo exercício da cidadania, a partir do resgate do espaço de ensino e da relação entre o poder público, escola e comunidade.

Almeja-se a ampla recuperação do difícil quadro educacional enfrentado pela SEEDUC durante a pandemia da Covid-19, através do mapeamento de fatores importantes e do levantamento de dados que forneçam subsídios necessários para se analisar e promover ações que diminuam os efeitos do período de troca do ambiente presencial para o virtual.

Ambiciona-se restabelecer a qualidade de ensino, através da tratativa propositiva das adversidades causadas pelos impactos da pandemia no ensino público estadual e nas escolas públicas estaduais, no que tange todos os segmentos em que ela abrange.

Produtos Gerados

- Plano de Trabalho para a realização do projeto **Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação**.
- Formulário/Questionário de pesquisa sobre a percepção dos/das professores(as) estaduais acerca dos impactos da pandemia da covid-19 na educação.
- Formulário/Questionário de pesquisa sobre as dificuldades e as medidas adotadas para mitigar as principais dificuldades enfrentadas na pandemia da covid-19 pelas escolas estaduais, destinado aos/às diretores (as).
- Mapeamento socioeconômico dos impactos da pandemia relacionados à troca do ambiente escolar pelo virtual, à evasão e à infrequência escolar, à mitigação do déficit educacional e ao desdobramento em ações do poder público.
- Relatórios descritivos e analíticos de periodicidade semestral (2 relatórios) e final (1 relatório).
- Divulgação científica dos resultados encontrados.

Etapas

O projeto **Mapeamento dos Impactos da Covid-19 na Educação** terá duração de 16 meses, cuja conclusão pressupõe a realização das 4 (quatro) etapas dispostas a seguir:

1ª Etapa (quatro meses):

Nesta etapa compreende-se o impacto da pandemia no estado do Rio de Janeiro a partir dos indicadores educacionais disponíveis para concepção e elaboração do Plano de Trabalho.

- Reuniões técnicas entre a Secretaria de Estado e Educação (SEEDUC) e a Fundação CEPERJ.
- Estabelecimento de parcerias com as 29 administrações regionais da SEEDUC.

- Levantamento de informações introdutórias dos indicadores educacionais do Estado do Rio de Janeiro.
- Mapeamento preliminar do impacto da Covid-19 na educação do Estado do Rio de Janeiro.
- Desenvolvimento e conclusão do Plano de Trabalho

2ª etapa (três meses):

Nesta etapa desenvolve-se a concepção da pesquisa acadêmico-científica e definição do instrumento (formulário ou questionário) para dimensionamento do problema proposto, conforme as necessidades da pesquisa. Concomitantemente, será realizada a seleção e contratação de profissionais para a ampliação da equipe técnica e composição de equipes de pesquisa de campo. Posteriormente os profissionais serão capacitados para melhor execução de suas atividades pela Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP) da Fundação CEPERJ.

- Elaboração do formulário ou questionário (*survey*) para obtenção dos dados quantitativos para mensuração do impacto da Covid-19.
- Seleção e contratação dos profissionais necessários à pesquisa conforme perfil definido no Plano de Trabalho (equipe técnica).
- Treinamento da equipe técnica para aplicação do questionário (*survey*).
- Planejamento das ações de campo da equipe técnica.

3ª etapa (quatro meses):

Nesta etapa realiza-se a pesquisa acadêmico-científica com o propósito de identificar a composição e magnitude do impacto da pandemia na educação do Estado do Rio de Janeiro para desenvolvimento do mapeamento socioeconômico. Realiza-se a aferição parcial dos resultados obtidos.

- Primeira aplicação do questionário (*survey*) pela equipe técnica junto ao público-alvo determinado pela amostra definida no Plano de Trabalho.
- Tabulação dos dados obtidos na plataforma Google Forms.
- Elaboração de relatório descritivo e considerações parciais dos dados obtidos.
- Painel com apresentação dos dados obtidos.

4ª etapa (cinco meses):

Nesta etapa continua-se a pesquisa acadêmico-científica desenvolvida na etapa anterior. Realiza-se nova aferição dos dados obtidos. Desenvolvimento e considerações finais dos

Obs.: Para o exercício de 2021 foram descentralizados o total de R\$ 3.544.100,00, ficando para 2022 o valor de R\$ 7.088.200,00.

Funções

As atividades previstas neste plano de serão desenvolvidas de acordo com o resumo da função apresentado abaixo. A validação destes perfis, assim como o detalhamento e o refinamento de sua elaboração serão realizados ao longo da execução deste Plano de Trabalho elaborado por meio de parceria entre a Secretaria de Estado e Educação e a Fundação CEPERJ.

QUANT.	FUNÇÃO	RESUMO DA FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO
15	Coordenador Regional	Coordena as atividades previstas no projeto, promove integração das equipes junto ao público-alvo, afim de garantir o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.	R\$ 15.000,00
1	Coordenador de Pesquisa	Coordena as atividades de mapeamento, estruturação e aplicação dos questionários junto ao público-alvo, atuando para garantir o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.	R\$ 10.000,00
2	Assessor regional	Assessora os coordenadores regionais na realização de suas atividades.	R\$ 10.000,00
1	Estatístico	Realizará o planejamento de pesquisas, coleta, análise e tratando dados para estudo de fenômenos ambientais, econômicos ou sociais. Desenvolvendo modelos matemáticos e lógicos, identificando problemas, selecionando métodos e técnicas metodologias e técnicas para pesquisa, experimentando e construindo modelos e teorias.	R\$ 8.000,00
1	Cientista de Dados	Irá interpretar dados, analisar resultados usando técnicas estatísticas e fornecer relatórios de progresso. Desenvolver e implementar bancos de dados, sistemas de coleta de dados, análise de dados e outras estratégias que otimizem a eficiência estatística e a qualidade. Obtendo dados de fontes primárias ou secundárias e mantendo bancos de dados/sistemas de dados atualizados. Realizará a identificação, analisar e interpretar tendências ou padrões em conjuntos de dados complexos. Filtrar e “limpar” dados mediante revisão de relatórios de computadores, cópias	R\$ 7.000,00

		impressas e indicadores de desempenho para localizar e corrigir problemas de código.	
20	Pesquisadores	Responsável por realizar as entrevistas em profundidade junto ao público alvo, utilizando técnicas e equipamentos de pesquisas adequados.	R\$ 6.609,19
2	Atividade Técnica Especializada	Oferece suporte na realização e execução das atividades inerentes ao projeto devido as suas <i>soft skills</i> .	R\$ 5.000,00